

LITERATURA JUVENIL, ADOLESCÊNCIAS E LEITURAS ESCOLARES

YOUTH LITERATURE, ADOLESCENCE,
AND SCHOOL READING

JOSÉ NICOLAU GREGORIN FILHO¹

¹ Professor de Literatura Infantil e Juvenil da Universidade de São Paulo.

Resumo: Pretende-se discutir as concepções de “adolescência” e “juventude”, além das mudanças comportamentais ocorridas com o advento das tecnologias da informação e como elas transformaram e ainda poderão transformar a formação de leitores literários, já que a crescente expansão dessas tecnologias ocasionou um comportamento mais imediatista dos leitores. Quais as características inerentes ao texto literário para que ele seja classificado como “literatura juvenil” e quais as temáticas abordadas por esse tipo de texto? Desse modo, há que se questionar a formação do leitor literário e o papel dos educadores nesse mundo permeado de universos virtuais, bem como das diferenças entre o que se concebe como “informação” e aquilo que se entende como “conhecimento”.

Palavras-chave: literatura juvenil, formação de leitores, texto literário, adolescência.

Abstract: Discussing the conceptions of “adolescence” and “youth,” in addition to the behavioral changes that occurred with the advent of information technologies and how they transformed and may still transform the formation of literary readers is intended, since the growing expansion of these technologies led to a more immediatist behavior on the part of readers. What are the inherent characteristics of the literary text for it to be classified as “youth literature” and what are the themes addressed by this type of text? Thus, questioning the formation of the literary reader and the role of educators in this world permeated with virtual universes, as well as the differences between what is conceived as “information” and what is understood as “knowledge,” is necessary.

Keywords: youth literature, reader formation, literary text, adolescence.

1 PARA COMEÇAR NOSSA CONVERSA

Ainda que não se esgote o tema pela sua complexidade, pretende-se lançar questões com o objetivo de refletir as concepções de “adolescência” e “juventude” e as mudanças comportamentais ocorridas com o advento das tecnologias da informação e como elas transformaram e ainda poderão transformar em muito a formação de leitores literários, já que a crescente expansão dessas tecnologias ocasionou um comportamento mais imediatista por parte da sociedade.

Quais as características inerentes a um texto para que ele seja classificado primeiro como “literatura” e depois como “literatura juvenil”, e quais as temáticas subjacentes a esse tipo de texto? Desse modo, há muito o que se questionar sobre a formação do leitor literário e o papel de educadores nesse mundo permeado de universos virtuais, bem como das diferenças entre o que se concebe como “informação” e aquilo que se entende como “conhecimento”.

Não se pode deixar de mencionar que um embrião dessas reflexões foi apresentado numa mesa-redonda durante o I Seminário Internacional de Literatura Infantil e Juvenil e Práticas de Mediação Literária, na cidade de Florianópolis. Na ocasião, a ênfase da discussão era a infância e, em consequência, a literatura infantil ocupava um lugar de destaque. Aqui, abordam-se aspectos da literatura produzida para os jovens, bem como algumas considerações acerca

da concepção de adolescência e do mercado cultural criado com vistas a esse público.

2 ADOLESCÊNCIA, CULTURA E LITERATURA

Antes de tratar de literatura especificamente e suas práticas escolares, alguns comentários sobre a adolescência parecem pertinentes, já que assim é designada grande parcela do público que se encontra no Ensino Fundamental II, fase escolar em que a literatura juvenil e mesmo a leitura literária deveria ocupar lugar de destaque na formação dos futuros cidadãos.

Não há como referir-se à adolescência sem que se perceba o entorno sociocultural e econômico onde o indivíduo está inserido. Ao contrário da divisão estanque mostrada em vários catálogos de editoras e mesmo na formulação do sistema seriado de educação vigente no país, não é a cronologia o fator preponderante na delimitação e determinação das fases da vida humana.

Mesmo nas sociedades ditas ocidentais, e especificamente no Brasil, questões econômicas fazem com que o jovem tenha responsabilidades de adulto, passando por essa etapa mergulhado no mundo do mercado de trabalho às vezes muito opressores, daí o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, já que várias são as adolescências num país de dimen-

sões continentais e tão desigual como este. Pois, conforme Groppo (2002, p. 19):

Ou seja, a multiplicidade das juventudes não se finda num vazio social ou num nada cultural, não emerge de uma realidade meramente diversa, ininteligível e esvaecida. Tem como base experiências sócio culturais anteriores, paralelas ou posteriores que criaram e recriaram faixas etárias e institucionalizaram o curso de vida individual – projetos e ações que fazem parte do processo civilizador da humanidade.

Falar de adolescência, nessa visão, requer um cuidado maior do que simplesmente classificar indivíduos desta ou daquela faixa etária. Quando se discute adolescência, e aqui o campo de observação recai sobre as culturas ocidentais, há necessidade de entender o termo como uma concepção cultural e historicamente produzida por cenários sociais e econômicos diversos. Dessa forma, sendo concepção e não conceituação, pode sofrer modificações em razão do meio em que se insere, meio esse que também concebe uma prática pedagógica e atividades escolares para o atendimento desse público.

Nessa fase de indefinição, de margem social e de amadurecimento, pois o indivíduo encontra-se entre a fase da infância – outra concepção sociocultural – e a idade adulta, é importante que o estudioso de literatura e o próprio educador revejam sua trajetória humana, pois, nesse tempo do amadurecimento humano, vive-se numa margem entre a criança que

ainda se faz presente em várias ações e sentimento e um adulto que começa a tomar lugar num corpo que se modifica dia a dia.

Se há certa instabilidade na concepção da adolescência, há que se pensar de modo bastante abrangente naqueles textos que a escola irá oferecer como sendo uma literatura voltada para esse público, para discutir a literatura produzida para os jovens e a formação de leitores literários. Para essa reflexão, cabe citar a seguinte postura de Tzvetan Todorov (2009, p. 22): “A literatura não nasce no vazio, mas no centro de um conjunto de discursos vivos, compartilhando com eles numerosas características; não é por acaso que, ao longo da história, suas fronteiras foram inconstantes”.

Por outro lado, a literatura que se convencionou adjetivar de “juvenil” toma forma em função da concepção do público a que se destina, ou seja, o jovem do início do século XX era diferente do jovem deste século e esses quase que em nada se assemelham àqueles do século XIX, assim como a literatura produzida para esses jovens tomou formas variadas com o passar do tempo. Essa mudança pode ser percebida não só na vestimenta, mas no comportamento e, sobretudo, na relação que ele mantém com outros adolescentes e com os adultos, bem como na maneira como ele interage com as tecnologias, também tão diferentes daquelas do início do século passado.

Cada época e cada sociedade produzem, então, um jovem portador de determinados costumes, com determinadas aptidões e gostos e o mercado editorial busca, com base nessas características, a moldagem de uma literatura que consiga chegar a esse público. Evidente que determinados textos conseguem chegar mais rapidamente pela contribuição da mídia e por cair no gosto desse público e, com certeza, não serão aqueles adotados pela escola, mas aqueles que sairão na relação de mais lidos e serão adaptados para o cinema e exibidos em cinemas do mundo todo.

3 A LITERATURA JUVENIL: ENTRE TEXTOS E CONTEXTOS

Discutir as práticas de leitura literária na sala de aula é assunto desgastado no meio educacional e esse tema também suscita a abordagem de algumas concepções de literatura e leitura homologadas por tradições acadêmicas que tendem a ser divididas de modo a se posicionarem entre aquelas de caráter normativo em oposição a outras com aspecto puramente descritivo, essas últimas privilegiando a fruição, reproduzindo-se em atividades pedagógicas sem nenhum resultado prático, ou seja: formar leitores literários.

Algumas dessas concepções têm produzido até posturas autoritárias que se repetem e só fazem apa-

gar questionamentos de fundamental importância para essa etapa do amadurecimento humano e para a formação de um indivíduo apreciador da arte, já que as mudanças ocorridas na produção artística e, desse modo, na produção literária, não aconteceram de forma tão veloz na prática escolar, já que essa última foi e ainda é um lugar de manutenção de valores tradicionais da sociedade, com mudanças lentas, pois fatores como moralidade e religiosidade sempre estão a rondar as salas de aula.

Na opinião de muitos estudiosos, a tradição e as visões sobre a presença da literatura no conjunto de disciplinas escolares podem ter sido responsáveis por um comportamento marcante na atualidade: o distanciamento dos alunos de algumas práticas de leitura e do convívio mais efetivo com os textos literários.

Aqui, faz-se necessária a reflexão de Fábio Akcelrud Durão (2022, p. 9):

[...] é preciso reconhecer que existem anos-luz de distância entre as atividades de lazer e de socialização dos alunos (clips, videogames, redes sociais, esportes etc.) e a literatura; por outro lado, o texto literário não é tão estranho à vida das pessoas, a ponto de ser incommunicável.

É exatamente neste ponto que iniciam os conflitos na postura adotada tradicionalmente pela escola quanto à literatura e às práticas de leitura, desde o

conjunto de concepções teóricas até a escolha de atividades que, como já se mencionou, muito tem feito no sentido de afastar o aluno do universo de textos produzidos no âmbito literário.

Há que se observar que mesmo a delimitação do termo “literatura” tem sido motivo de muitos debates no meio acadêmico, repercutindo em várias esferas do ambiente escolar. Antonio Candido (2004, p. 174), num texto em que coloca a literatura como um dos direitos humanos fundamentais, assinala:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.

Nessa passagem, já se verificam aspectos nem sempre contemplados nas propostas de ensino e aprendizagem de literatura na escola, já que a própria instituição escolar, responsável pelo aspecto formal da educação, construiu-se como depositária de uma tradição que pensava apenas na reprodução de padrões hegemônicos, basicamente europeus, quer sejam padrões de educação ou mesmo de literatura. Talvez essa seja uma explicação para a historiografia literária e o estudo das teorias sobre a literatura ainda se sobrepõem à leitura e ao contato com os textos literários propriamente ditos.

O cânone, entendido como um conjunto de autores e obras exemplares a serem estudados em razão da herança estético-linguística que guardam, continua a ter privilégio sobre as demais produções. Evidente que esse cânone deve ser estudado na escola, para que se tenha acesso à sua plenitude artística, há que se formar um leitor para esse exercício.

Como aprofundamento dessa reflexão, Fábio Durrão e Cechinel (2022, p. 17) reflete:

O “literário” deixa de ser um predicado a priori do texto para se converter em um resultado da experiência de leitura, ou seja, ele só pode ser conferido retroativamente, segundo aquilo que foi capaz de gerar.

Aquele que se dispõe a “ensinar” literatura deve ter em mente essa dinâmica processual da literatura, ou seja, um tipo de objeto que se realiza por meio da leitura e está intrinsecamente ligado a outras questões de cunho estético, social, político e histórico, já que os textos são produzidos na e pela linguagem, e essas são dinâmicas e sujeitas ao processo de “envelhecimento”.

Posto isso, agora podem ser discutidas algumas questões ligadas à literatura juvenil na sala de aula, considerando a importância da participação de todos os profissionais da educação envolvidos no processo de elaboração de programas e atividades com a literatura, com o objetivo de procurar refletir sobre a seguinte questão formulada por Todorov (2009, p. 35):

“Como aconteceu de o ensino de literatura na escola ter se tornado o que é atualmente? Pode-se, inicialmente, dar a essa questão uma resposta simples: trata-se do reflexo de uma mutação ocorrida no ensino superior”.

Esse breve fragmento é capaz de abordar uma das questões centrais no que se refere ao ensino de leitura e da literatura: a reprodução de modelos promovida pelo desgaste de metodologias transferidas há tempos para os alunos do curso de Letras, futuros professores. Esses modelos tendem a ocasionar, na etapa de preparação para o exercício docente, o distanciamento da leitura da obra literária em razão da aplicação de teorias na leitura do texto literário. E saliente-se que esse distanciamento tem sido patrocinado durante toda a vida escolar em razão de práticas de leitura muitas vezes inadequada.

Essa constatação é outra base para a discussão do tema já que, muitas vezes, o aluno no seu contato com o fazer literário não vê representado seu universo cultural no/pelo livro de literatura. A literatura oferecida na e pela escola faz uso de uma criação artística forjada apenas para o ensino e discussão de temas e modelos de textos e, desse modo, acostuma-se a olhar para a literatura mediatizado por teorias e passa a reproduzir essa prática para outras gerações, principalmente se estiver no papel de professor.

Há também que se refletir sobre a forma, a função e a estética do texto que se apresenta ao estudante

como literatura para jovens e mesmo para criança, pois:

A tendência a considerar a literatura infantil e/ou juvenil basicamente pelo que tem de infantil ou de juvenil é um perigo, uma vez que parte de ideias preconcebidas sobre o que é uma criança e um jovem e contribui para formar um gueto de autores reconhecidos, às vezes até mesmo consagrados, que não têm valor suficiente para serem lidos por leitores tão somente (ANDRUETTO, 2012, p. 60).

Esse fato pode ser largamente verificado no ambiente escolar e mesmo no mercado editorial, pois determinados autores já com nome consolidado nesse segmento são adotados apenas pelo seu nome, sem que muitas vezes se leve em consideração a qualidade da obra e, por outro lado, uma obra de autor no mercado já pode ser garantia de muitas vendas. Aquele que escolhe essas obras deve ficar atento à qualidade do texto, se a obra é capaz de dialogar com o imaginário e se sua temática aborda o universo de conflitos sociais dos jovens, além de não divulgar preconceitos de qualquer natureza.

A escola não deve optar por livros de literatura ou organizar atividades apenas para simplesmente agradar o jovem e, desse modo, contribuir para a promoção de autores ou mesmo de influenciadores digitais que muitas usam os canais da internet para divulgar escritores e arrebatam admiradores, tornando-se eles

mesmos cânones pelo seu poder de *likes*, não pela qualidade de suas obras.

Evidente que se deve partir de um gênero ou temática que desperte a atenção e que fale diretamente ao gosto e aos hábitos de leitura do aluno, mas a grande função da escola é levar o leitor a outras leituras, das mais divulgadas pela cultura de massa, às mais eruditas e consagradas no universo da chamada grande literatura universal. Aliás, o dever da escola é promover essa educação dos sentidos para todas as artes, não só com a literatura.

Na chamada “era da conectividade”, há uma grande preocupação de pais e educadores em garantir que as escolas sejam capazes de promover um ensino voltado às tecnologias, utilizando-se de recursos didáticos cada vez mais sofisticados, mas nem sempre enriquecedores na reflexão, sem que se pretenda uma volta saudosista a livros e atividades já tidas como inapropriadas para os dias atuais.

Muitas vezes, opções por determinados textos literários se fazem de modo impensado, sem atentar para a adequação deste ou daquele conteúdo a essas novas ferramentas. Mais do que atentar para a qualidade do ensino e das obras adotadas para a leitura literária, muitos pais e até mesmo educadores voltam a atenção para lousas, livros e equipamentos de informática, como se tudo isso fosse capaz de garantir a formação de leitores plurais, por exemplo. Em várias oportunidades, o que essa postura tem feito é esva-

ziar os espaços de debates sobre arte e literatura, por exemplo, permitindo que o jovem continue lendo o que ele lê fora do espaço escolar.

Então, o jovem aluno deixa de vivenciar efetivamente a leitura da obra pela imposição de responder a uma série de atividades tradicionais e pré-moldadas que visam tão e somente a aferir sua competência de leitura mais superficial e o uso da língua; tudo isso acondicionado em “caixas” pré-moldadas e impostas por uma concepção estática de currículo: a caixa dos gêneros textuais, a das figuras de palavras, a caixinha da biografia do autor e um sem número de imposições teóricas que distanciam o aluno da experiência com a leitura literária e o conseqüente afastamento do hábito de ler essa modalidade de texto.

Nesse sentido, a escola em seu papel de formar leitores literários tem agido de maneira a formá-los as suas atividades de avaliação, para a inserção em novas etapas de ensino ou para os exames vestibulares, já que o ensino médio tem se voltado exclusivamente para o estudo de obras propostas nos programas desses concursos, haja vista a publicação de resumos de obras literárias.

A escola precisa, urgentemente, pensar sobre o que é a literatura na sociedade de hoje e promover mudanças radicais na sua maneira de pensar a formação de leitores a leitura da arte e da vida em sociedade, representadas e reorganizadas esteticamente no

e pelo texto literário. Num projeto abrangente que se inicia nos primeiros anos da vida escolar.

Imersos numa sociedade do desmanche, na qual paradigmas são derrubados todos os dias, os jovens precisam aprender a ler o outro, ler a multiplicidade das relações humanas que se processam nos meandros da vida social, que se modifica num constante fazer historicamente produzido. Nesse conflito de vozes emergentes de vários tipos de textos, a literatura deve contribuir sobremaneira para as trocas culturais e para as mudanças sociais, pois o fazer literário configura-se como uma expressão política por excelência.

Entendendo a literatura de uma maneira mais ampla e não apenas restrita a determinados cânones, abrem-se novas possibilidades de inserção da arte na vida escolar, artes essas mais próximas das práticas sociais em que os jovens estudantes se inserem, bem como a possibilidade de veiculação e de práticas leitoras em suportes vários trazidos pelas novas tecnologias. Desse modo, os projetos de formação de leitores literários devem ser pensados no variado conjunto dos diálogos das práticas culturais, mostrando que a literatura é parte integrante do universo cultural de uma sociedade.

Ao invés de reconhecer a literatura como parte integrante das cenas culturais da sociedade, o que se percebe é o quase vazio de propostas para o ensino de literatura na segunda fase da Educação Básica,

pois entre as práticas de leitura literária destinadas às séries escolares iniciais e as competências e habilidades exigidas dos alunos de Ensino Médio que buscam todos os anos o seu ingresso numa universidade, sente-se um hiato, a perda de algo importante no meio do caminho, e esse “algo” talvez seja a vontade de saborear a leitura dos textos literários pela falta do contato com esse tipo de texto.

Muitos profissionais da educação atribuem essa quase ausência de leitura literária no segundo ciclo do Ensino Fundamental ao desinteresse dos alunos pela fase conturbada da adolescência em que se encontram. Outros afirmam ser negativo oferecer os clássicos para a leitura do aluno nessa fase do amadurecimento, pois essas obras estariam numa posição muito distante da realidade do indivíduo, seja pelo uso da linguagem ou pelas relações sociais ali representadas.

Em contrapartida, o mesmo preconceito é revelado em relação a novos títulos lançados para os jovens, muitos com qualidade literária e projetos gráficos arrojados, alegando-se que não poderiam ser classificados como literatura num sentido estrito. Entre esses lançamentos há uma série de livros produzidos com objetivos marcadamente comerciais para atender a conteúdos e propostas escolares, seja quanto ao tema, seja quanto ao gênero que supostamente representam de maneira mais didática; mas nesse meio há

obras de valor literário, que atenderiam aos anseios de leitura dos jovens e se configuram como literárias.

As novas tecnologias da informação têm sido aplicadas de modo a ampliar o ensino de literatura? Se os jovens de hoje estão cada vez mais imersos no universo dessas tecnologias; muitas escolas, apesar de possuírem essas ferramentas, não conseguem desenvolver projetos interessantes para trabalhar com a literatura nesses suportes capazes de enriquecer o texto e suas leituras, tão próximos da realidade de seus alunos.

Para que os jovens percebam a teia de discursos onde se reside o texto literário, a utilização dessas tecnologias pode ser boa aliada, promovendo atividades de construção de veículos de difusão em redes de relacionamento, por exemplo, para que sejam socializadas discussões sobre obras. Esses trabalhos podem se transformar em experiências enriquecedoras e bons instrumentos de avaliação da relação de adolescentes com as obras indicadas para leitura. Isso para citar apenas um exemplo banal.

Mais importante do que trocar receitas prontas sobre como trabalhar a literatura – seja ela qual for – em sala de aula, é discutir com professores e alunos a necessidade de uma concepção de literatura como um fenômeno de linguagem resultante de uma experiência existencial-social-cultural, pois o texto literário traz ao seu leitor a experiência de um indivíduo imerso numa determinada cultura de um grupo so-

cial específico que, num determinado momento traduz uma ou várias questões dessa relação (re)criada por um fazer estético que também tem relação com o momento histórico dessa sociedade da qual o texto emerge e com a qual procura dialogar.

A adoção dessa postura, no entanto, requer o reconhecimento e a valorização das relações existentes entre literatura, história e cultura, visto que nenhum texto, principalmente o literário, surge do vácuo, ao contrário, ele é uma parte de um diálogo maior promovido nos mais diferentes conflitos da vida social. Entendida desse modo, a literatura configura-se como um importante documento para a compreensão de relações culturais e de conflitos sociais que, por este ou aquele motivo, foram apagados de textos responsáveis pelo saber histórico, sociológico ou antropológico.

Quando se diz do papel da escola na formação de sujeitos leitores de literatura, diz-se também e principalmente do reconhecimento do meio com o qual o aluno irá interagir e atuar como sujeito e, nesse ponto, a literatura pode oferecer importantes alternativas de superação e resolução de conflitos, fazendo-o por meio da ficção e com diferentes representações estéticas.

Essa necessidade de um olhar diferenciado para a literatura no conjunto de saberes divulgados no espaço escolar pressupõe outra postura perante a literatura, não apenas como um bloco de textos circunscri-

tos numa linha temporal, mas numa concepção mais ampla e dinâmica, em que se volta a atenção para as características que inscrevem um determinado texto no âmbito de outras produções artísticas produzidas em diferentes linguagens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se tentou colocar em discussão é a necessidade de o professor escolher obras literárias para as atividades escolares não somente utilizando-se de alguns parâmetros tradicionais como o tema ou o gênero, sempre sistematizados de maneira a atender conteúdos curriculares, visto que o resultado dessa prática trouxe para o ensino da literatura muitas caixas, estanques e compartimentadas, cavando um abismo entre o aluno e a leitura literária.

A escolha das obras literárias para o trabalho na escola deve ter como parâmetro as representações estéticas do universo cultural em que o aluno atua como protagonista e, nesse sentido, a opção do professor deve ser pautada por um elenco de obras em que subjazem saberes essenciais para a vida do aluno num universo social que se apresenta cada vez mais múltiplo, saberes esses que se (re)fazem na e pela produção estética, num movimento dialógico constante entre a sociedade e a arte.

Nesse ponto, a literatura se tornou uma parcela concreta e de suma importância na e para a cultura; ou seja, o leitor, por meio da experiência da leitura literária, é capaz de acessar universos culturais próximos às suas vivências imediatas, ao mesmo tempo em que pode tomar contato com outras formas de viver a experiência humana e até questionar os valores sob os quais se encontra envolvida na sua própria cultura.

Para que a literatura – mesmo aquela classificada como juvenil – não continue sendo mais um componente curricular desvinculado totalmente da vida do aluno, a inserção da leitura literária e da literatura na escola deve ser pensada de maneira a trazer a possibilidade de o indivíduo conhecer e interagir de maneira mais autônoma com um mundo construído na e pela linguagem, não apenas decorar textos, seguir padrões e reproduzir os conteúdos numa avaliação pensada apenas para a vida escolar e não para além de seus muros.

Assim sendo, a literatura, além de promover o conhecimento do próprio indivíduo e da sua frágil condição humana, também deve instaurar diálogos com outras artes e com outras formas de produção do conhecimento, pois a literatura é constantemente construída pelas relações dialógicas que mantém com outros tipos de texto, com outros saberes.

Ainda relembrando a passagem de Antonio Candido, pensar a literatura como um direito do indivíduo, não apenas obedecendo a leis educacionais e propos-

tas pedagógicas governamentais, deve exigir um planejamento de ensino em que se mostram claramente quais são os saberes essenciais para a vida do aluno num universo social que se apresenta cada vez mais diverso e múltiplo.

A fim de que o professor consiga levar ao aluno toda a diversidade da cultura por meio do texto literário e das práticas de leitura na escola, é necessário muito mais do que um rol de atividades para serem aplicadas nesta ou naquela aula, para este ou aquele livro; é necessário que o professor seja um leitor crítico de literatura, que ele seja um leitor das estéticas do mundo, das cenas e dos atores desse mundo e, mais ainda, que ele sempre esteja aberto para a experiência da cultura de maneira mais ampla.

Em outras palavras, “o professor é, concomitantemente, alguém que participa ativamente desse processo; alguém que estuda, lê e expõe sua leitura e seu gosto, tendo para com o texto a mesma sensibilidade e atitude crítica que espera de seus alunos” (MAGNANI, 2001, p. 141).

REFERÊNCIAS

ANDRUETTO, María Tereza. *Por uma literatura sem adjetivos*. Trad. Carmem Cacciacatto. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

DURÃO, Fábio Akcelrud; CECHINEL, André. *Ensinando literatura a sala de aula como acontecimento*. São Paulo: Parábola, 2022.

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e História das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortati. *Leitura, literatura e escola: sobre a formação do gosto*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.